



Maio traz propostas de novas leis trabalhistas

Os itens da pauta do mês do trabalhador incluem aumento da licença-maternidade, saque do FGTS, combate à diferença salarial entre homens e mulheres e regras da jornada intermitente

Passadas as comemorações do Dia do Trabalhador, celebrado amanhã, a Casa terá pela frente a análise de diversos projetos, como o que cria cotas nos cargos de chefia para pessoas com deficiência e os que aumentam o número de faltas abonadas para pais e mães levarem os filhos a consultas médicas. Outro item a ser discutido é a medida provisória

que regula o trabalho intermitente e a atividade de grávidas e gestantes em locais insalubres, que perdeu a validade. O governo havia editado a MP em cumprimento a compromisso firmado com os senadores à época da votação da reforma trabalhista. No entanto, passados seis meses, não houve acordo para votação na Câmara e os senadores cobram uma solução. **3**



Ericsson/Reprodução

Fábrica da Ericsson, em São José dos Campos: para Paulo Paim, iniciativa aumenta competitividade das empresas

Registro de patente será tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai promover audiência pública para debater a importância da propriedade industrial para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. O foco da audiência, que ainda não tem data marcada, será um projeto de autoria de Paulo Paim, aprovado no Senado

e atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

Para o senador, a morosidade do sistema nacional de análise de pedidos de registro de marcas e patentes, a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, configura grave gargalo para a inovação da indústria nacional. **3**

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR



Universidades como a UnB poderão ter entre os cotistas alunos que estudaram com bolsa em escolas beneficentes

Texto estende cota a bolsista de escola beneficente

Bolsistas de escolas beneficentes de assistência social também terão direito às cotas para ingresso na universidade destinadas a estudantes do ensino público, estabelece um projeto que começou a tramitar no Senado.

O objetivo é promover a igualdade de condições de acesso à educação, argumenta o autor, Cássio Cunha Lima. Para ele, há uma lacuna na legislação atual em relação aos bolsistas dessas instituições. **4**

Proposta autoriza votação virtual de senador que não estiver na Casa

Proposta em análise na Mesa do Senado prevê que os senadores poderão participar de sessões do Plenário e reuniões de comissões a distância, com o uso de videoconferência ou outros recursos tecnológicos disponíveis. Para o autor do projeto, Cristovam Buarque, o processo legislativo deverá ganhar agilidade. **2**

Congresso deverá fiscalizar a Política Nacional de Segurança

O projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública e institui a política nacional para o setor prevê que o Congresso Nacional deverá fiscalizar o cumprimento de ações planejadas, entre outras ações. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça e deve ser votado em regime de urgência no Senado. **4**

Parlamentar que ocupa Executivo pode se candidatar, prevê projeto

A Comissão de Constituição e Justiça analisa um projeto que permite a candidatura de senadores e deputados federais, estaduais e distritais que

tiverem que assumir por até 15 dias, no período de seis meses antes das eleições, o cargo de chefe do Executivo. A proposta é de Lasier Martins. **4**

É preciso reformar Código Comercial, conclui debate **4**

Nova lei aumenta pena por roubo com explosivo **2**

Comissão abordará homofobia e direitos LGBTI **3**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Texto prevê votação virtual no Plenário e em comissões

Projeto em análise na Mesa do Senado permite que senadores participem de sessões a distância, modelo já usado no Judiciário. Para o autor, Cristovam Buarque, trabalhos deverão ganhar agilidade

ESTÁ NA MESA do Senado projeto de resolução apresentado por Cristovam Buarque (PPS-DF) para permitir que senadores participem de maneira virtual de sessões do Plenário e de reuniões de comissões da Casa. Os senadores poderão usar videoconferência ou outros recursos tecnológicos disponíveis.

O PRS 15/2018 altera o Regimento Interno da Casa, atribuindo aos senadores com participação virtual os mesmos

direitos, deveres, prerrogativas e obrigações dos senadores com participação física.

Caso a resolução seja aprovada, a Comissão Diretora do Senado terá prazo de 60 dias após a publicação da norma para apresentar plano e cronograma de implantação de soluções tecnológicas que viabilizem a participação virtual dos senadores. Após a conclusão desse serviço, as tecnologias serão testadas por 30 dias, podendo então

ser usadas pelos senadores oficialmente.

Na justificativa do projeto, Cristovam diz que o Poder Judiciário e o Poder Executivo já usam esse modelo em determinadas situações, como depoimento de testemunhas ou réus, audiências públicas e até reuniões deliberativas em agências reguladoras e conselhos ou diretorias de órgãos públicos. Para o senador, a virtualidade ajuda no barateamento de processos e procedimentos, aumentando a eficiência e a celeridade da atividade pública.

“O processo legislativo deve ser arejado pelas novas tecnologias de modo a assegurar maior agilidade, racionalidade e eficiência ao Senado Federal, sem qualquer prejuízo ao debate parlamentar e à qualidade das deliberações. Além disso, cabe ressaltar que haverá economia aos cofres públicos em função da redução de gastos com diárias e passagens parlamentares”, afirma Cristovam.



Para Cristovam, votação virtual dará agilidade ao processo legislativo

Aumento de pena para roubo já entrou em vigor

Foi sancionada sem vetos na semana passada a lei que aumenta a pena para diversos tipos de roubo, incluindo o de caixas eletrônicos com uso de explosivos.

A lei também obriga bancos a instalarem dispositivo de inutilização de cédulas em caso de roubo de caixa eletrônico.

O texto tem origem em substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 149/2015. As novas regras já entraram em vigor.

Otto Alencar (PSD-BA), autor do PLS 149/2015, concorda com as mudanças incorporadas pela Câmara dos Deputados. “Estes crimes aterrorizam

a população das grandes, médias e pequenas cidades”, diz Otto.

Segundo o senador, o objetivo é garantir que os bancos invistam em mais segurança para coibir tais crimes. “O Estado não pode pagar a conta de bancos que ganham bilhões em lucros”, afirma.

Vetada federalização da chamada Rota das Neves

Foi publicado na semana passada, no *Diário Oficial da União*, o veto integral ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/2016, que tornaria federal a rodovia entre Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros da chamada Rota das Neves, por interligar as Serras Gaúcha e Serra Catarinense.

Pelo projeto, a rodovia pas-

saria a integrar a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal (Plano Nacional de Viação — Lei 5.917/1973).

O projeto havia sido aprovado pelo Plenário no dia 27 de março e enviado à sanção presidencial. Ao vetar, o presidente da República, Michel Temer, alegou que a rodovia

não atende os requisitos para a federalização, regulados pelo Sistema Nacional de Viação (Lei 12.379/2011).

De acordo com ele, o trecho atende critérios para ser rodovia estadual, o que já ocorre. Temer acrescentou que a descentralização administrativa é uma diretriz da legislação e política do setor de transporte.



Equipe de locutores e editores responsável pela participação na Voz

Primeira participação do Senado na Voz do Brasil completa 55 anos

A primeira participação do Senado no programa radiofônico *A Voz do Brasil* ocorreu há 55 anos. Desde 25 de abril de 1963, as atividades legislativas da Casa têm sido noticiadas no programa.

A diretora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Ester Monteiro, explica que resumir todas as informações sobre o que acontece na Casa em 10 minutos é uma dificuldade enfrentada pela equipe. Ex-editora da *Voz* na Câmara dos Deputados e no Senado, ela diz que são priorizadas as notícias mais relevantes para a sociedade, além dos pronunciamentos dos senadores.

— Todas as decisões do Plenário e das comissões são divulgadas — afirma Ester, que em 2008 apresentou ao Instituto Legislativo Brasileiro

(ILB) um estudo sobre o papel do Congresso na trajetória do programa.

Uma equipe da Rádio Senado é responsável pela participação da Casa na *Voz do Brasil*. A apresentação é revezada entre Marluce Ribeiro, Tiago Medeiros, Ricardo Nakaoka, Raquel Teixeira e Vladimir Spinoza. A Agência Senado auxilia a equipe produzindo notas que são aproveitadas no programa.

O presidente da República, Michel Temer, sancionou no dia 4 a lei que flexibiliza a veiculação da *Voz*. Agora o programa, que existe desde 1935, pode ser veiculado entre 19h e 22h, e não mais obrigatoriamente das 19h às 20h.

Na Rádio Senado, não houve alteração no horário. Em dias de votação no Plenário, porém, ele poderá ser mudado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- QUA** **PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CAS** **Exames de vista e audição**
9h Entre 11 itens, o PLC 104/2015, que exige exame de vista e audição nos alunos do ensino fundamental.
- CTEC** **Combate ao fumo**
11h O PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao fumo, é um dos 5 itens.
- CONGRESSO** **Sessão conjunta**
17h Na pauta, os Projetos de Lei do Congresso 6, 7 e 8 de 2018, sobre Orçamento.

- QUI** **CAS Home care**
10h Audiência interativa debate regulamentação de auxiliares e técnicos em enfermagem que atuam em cooperativas e home care.
- CSE** **Eficiência energética**
17h Audiência interativa sobre importância dos estudos e projetos em eficiência energética.
- PLENÁRIO** **Líder comunitário**
10h Sessão especial comemora o Dia Nacional do Líder Comunitário.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

Em maio, Senado retoma pauta trabalhista

Várias propostas com novos benefícios aos empregados tramitam na Casa, que aguarda ainda solução para a perda da validade da medida provisória sobre trabalho intermitente

NO MÊS DO trabalhador, a pauta sobre as relações de emprego segue em evidência no Congresso. Depois da aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017), que alterou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), um conjunto de projetos foi aprovado pelo Senado. A ampliação da licença-maternidade e a penalidade para as empresas que praticarem “discriminação salarial” são algumas das propostas votadas pela Casa que seguem para a análise da Câmara.

Apenas o PLS 392/2016, que permite o saque integral do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em caso de pedido de demissão, ainda precisa de apreciação do Plenário em razão de recurso apresentado por 18 senadores na semana passada.

FGTS

A CLT já prevê o resgate de 80% do FGTS em casos de demissão por acordo entre patrão e empregado. A autora do projeto, Rose de Freitas (PMDB-ES), afirmou que os recursos do FGTS pertencem ao trabalhador, a “ponta mais frágil do tecido social”, que, como legítimo dono, deve decidir onde irá investi-lo.

— É chegada a hora de a gente dar um basta à ideia equivocada de que o Estado deve tutelar o trabalhador brasileiro e decidir como ele deve investir seus próprios recursos. Isso



Trabalhadores, como os da linha de montagem dessa fábrica em Manaus, poderão ganhar novos direitos em 2018

é descrever na capacidade de o cidadão decidir seu próprio destino. Até mesmo o direito de gastar bem ou mal deve ser respeitado — declarou Rose, que teve o apoio do relator na CAS, Paulo Paim (PT-RS).

Rose de Freitas também assina dois outros projetos: o PLS 72/2017, que amplia o prazo da licença-maternidade de 120 para 180 dias e permite que o pai seja dispensado do trabalho para acompanhar a gestante em pelo menos duas consultas médica; e o PLS 92/2017, que autoriza a ausência do trabalho por até dois dias, a cada semestre, para acompanhar filhos menores de idade a consultas médicas. Atualmente a lei só concede um dia ao ano para consultas médicas de filhos com até 6 anos de idade.

Outra proposta, agora de Ronaldo Caiado (DEM-GO), determina que os empregadores paguem por testes para diagnóstico do diabetes em seus funcionários quando houver recomendação médica. Ainda pelo PLS 380/2016, o Estado deverá implementar políticas de prevenção e diagnóstico precoce do diabetes.

Deficientes

Também tramita no Senado o PLS 263/2017, que obriga as empresas com mais de 100 funcionários a destinarem 2% e 5% dos cargos de chefia e confiança para pessoas com deficiência. O objetivo, segundo o autor, Romário (Pode-RJ), é assegurar maior possibilidade de progressão e planos de carreira. A matéria está em análise na Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE).

Além das obrigações com os funcionários, os projetos tratam ainda de vedações ao empregador. É o caso do PLS 33/2018, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que penaliza empresas que praticarem a “discriminação salarial” — pagamento menor a mulheres ou negros, por exemplo, em relação a outros funcionários na mesma função. Além de multas, a empresa passaria a integrar um cadastro negativo de empregadores.

MP da reforma

Além desses projetos, os senadores analisam alternativas à perda de vigência, na semana passada, da Medida Provisória 808/2017, que alterava 17 artigos da reforma trabalhista.

A MP foi editada após acordo firmado com os senadores para evitar que mudanças feitas no Senado adiassem a aprovação da reforma, que já havia passado pela Câmara. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o governo ainda estuda alternativas para melhorar o texto da reforma trabalhista.

— Existe a possibilidade de editar um decreto, de editar uma nova medida provisória, dependendo da avaliação [que for feita] — disse Jucá.

Um das saídas seria aprovar o PLS 218/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que regulamenta os contratos de trabalho intermitente.

Para Paulo Paim (PT-RS), os projetos aprovados na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) podem recuperar parte dos direitos perdidos com a reforma. Contudo, afirma Paim, é o Estatuto do Trabalho — em elaboração por uma subcomissão temporária criada no âmbito da CAS — que compensará de fato as perdas de direitos. Ele informou que o relatório será lido no próximo dia 10 e enviado aos candidatos à Presidência da República, às assembleias legislativas e às presidências do Senado e da Câmara.

— Nós queremos que os candidatos se comprometam a aprovar e sancionar essa que é a nova CLT — afirmou.

Comissão debate registro de marcas e patentes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai promover audiência pública com o objetivo de debater a importância da propriedade industrial para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. Ainda não há data para a audiência, que terá como foco o projeto que estabelece novas regras para o registro de patentes (PLS 316/2013).

O autor do requerimento de audiência e do projeto, Paulo Paim (PT-RS), argumenta que, em mercados cada vez mais

globalizados e competitivos, o sucesso e a sobrevivência das empresas estão ligados à capacidade de inovar. Para ele, a morosidade do sistema nacional de análise de pedidos de registro de marcas e patentes, a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), configura grave gargalo para a inovação da indústria nacional.

Paim acredita que seu projeto pode dar agilidade a esse sistema, “para garantir a competitividade das empresas brasileiras no mercado doméstico e no internacional”. Os pedidos de

patentes no Brasil demoram cerca de dez anos. Na Europa e nos Estados Unidos, o prazo varia de dois a quatro anos.

O projeto foi aprovado no Senado em setembro de 2015 e remetido à Câmara dos Deputados (PL 3.406/2015). Os deputados promoveram alterações no texto e, em fevereiro, foi aprovado um substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico. O projeto agora aguarda a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Colegiado fará audiência para discutir homofobia e direitos LGBTI

O Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia será celebrado em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O requerimento da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) para a discussão da data, comemorada em 17 de maio, foi aprovado na quarta-feira.

Marta explicou que, em alusão ao dia, haverá um extenso calendário de eventos sobre a temática LGBTI. A audiência, de acordo com ela, vai debater projetos de lei voltados para a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica dessa parcela da população.

— O Poder Judiciário, por meio de decisões recentes, tem feito valer direitos de cidadania. No entanto, o não reconhecimento pelo Legislativo, ou seja, a não aprovação de projetos que instituem direitos, é uma forma de violência institucional — afirmou a senadora.

Tramitam no Senado pro-

postas como o PLS 612/2011, que reconhece como entidade familiar a união estável entre duas pessoas. O texto está pronto para deliberação do Plenário.

Outra proposta, o PLS 658/2011, reconhece os direitos de transexuais à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade. O projeto aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As duas propostas são de autoria de Marta.

Os senadores também analisam o PLS 134/2018, da Comissão de Direitos Humanos, que cria o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, fruto de uma sugestão legislativa com mais de 100 mil assinaturas. O texto está sob relatoria de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Empresa poderá ter de divulgar diferença salarial

Empresas com mais de 250 empregados terão de divulgar a diferença de salários entre homens e mulheres. A medida, inspirada na nova legislação do Reino Unido, está prevista no Projeto de Lei do Senado 205/2018, de Rose de Freitas (PMDB-ES).

O texto, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS),

obriga a empresa ou o empregador a divulgar anualmente o percentual de empregados homens e mulheres, o valor pago a cada grupo e também o número de terceirizados.

A senadora explica que, no Reino Unido, as mulheres ainda ganham 17% a menos que os homens, de acordo com a Organização para a Co-

operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O país mais “igualitário”, segundo a entidade, é a Bélgica, com apenas 3% de defasagem.

No Brasil, a estimativa da OCDE é de uma defasagem salarial de quase 20%, a maior entre os principais países da América Latina, incluindo a Argentina e o México.

Política de segurança será fiscalizada pelo Congresso

Projeto que cria sistema unificado e política nacional para o setor é analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e, segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, será votado com urgência

PROPOSTAS LEGISLATIVAS LIGADAS ao tema da segurança pública ganharam prioridade no Senado desde o início dos trabalhos de 2018. Um dos projetos de maior peso, a ser votado nas próximas semanas, é o que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNS-PDS). O entendimento para votação da proposta é fruto de acordo entre os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia.

Aprovado na Câmara no dia 11, o PLC 19/2018 tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O aperfeiçoamento da proposta inclui diálogos com lideranças partidárias, diversos ministérios e representantes de tribunais superiores. Eunício garantiu que a matéria será votada com “urgência urgentíssima” no Senado.

Estratégias

De acordo com o texto, as estratégias da PNSPDS deverão garantir, entre outros propósitos, integração, coordenação e cooperação federativa, além da dotação de recursos humanos e regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança.

Os órgãos que integrarão o Susp deverão adotar operações executadas em conjunto, estratégias comuns para atuação na prevenção e controle qualificado de infrações penais, compartilhamento de informações, intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e integração das informações e dados de segurança.

As operações planejadas em equipe poderão ser “ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas” e deverão contar com a participação dos órgãos integrantes do Susp e do Sistema Brasilei-

ro de Inteligência (Sisbin), além de outros órgãos dos sistemas federal, estadual, distrital ou municipal, não necessariamente vinculados diretamente aos órgãos de segurança pública e defesa social, “especialmente quando se tratar de enfrentamento a organizações criminosas”.

A União poderá apoiar estados e municípios que não tiverem condições técnicas ou operacionais para a implementação do Susp.

Para Paulo Paim (PT-RS), as instituições envolvidas no Susp terão de deixar de lado egos e vaidades para que consigam uma integração eficaz.

— É um pleito antigo da sociedade de ter um sistema único de segurança pública, de forma que a polícia civil e a polícia militar, independentemente da instância, possam trabalhar juntas, trocando informações e combatendo a violência — disse o senador.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que o Susp é um projeto estruturante e estratégico que aponta uma concepção correta para enfrentar os graves problemas da segurança pública.

— Dotar o Estado brasileiro de um sistema único significa nós termos um planejamento nacional e articulação entre os diversos entes, esse é o caminho — argumentou a senadora.

Conselhos

O projeto cria permanentemente os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social em cada município, estado, na União e no Distrito Federal.

Os conselhos deverão acompanhar as instituições integrantes do Susp para fiscalizar as condições de trabalho e a valorização e respeito pela integridade física e moral dos seus representantes, o atingimento de metas e o resultado célere na apuração

das denúncias em tramitação nas respectivas corregedorias, entre outros fatores.

Poderão integrar os conselhos de segurança pública e defesa social membros de cada órgão ou entidade integrante do Susp, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Defensoria Pública, de entidades e organizações da sociedade cuja finalidade esteja relacionada com políticas de segurança pública e defesa social e de entidades de profissionais de segurança pública.

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que o Susp poderá ser uma das saídas para enfrentar a gravidade pela qual passa a área no Brasil.

— Nós hoje somos uma sociedade com medo — disse a senadora, frisando que políticas sociais também são fundamentais para a diminuição da violência.

Fiscalização

O Congresso Nacional ficará responsável por acompanhar e fiscalizar o PNSPDS. A primeira avaliação será feita dois anos após o início. As seguintes serão anuais.

O texto cria ainda, no âmbito do Susp, o Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social (Sinaped), para contribuir com a organização e integração dos membros do Susp e com projetos das políticas de segurança e defesa social.

Hélio José (Pros-DF) afirmou que o projeto é importante para um país que vive uma significativa crise na segurança.

— É a expectativa de a gente poder melhor reorganizar nossas polícias, poder melhor dar rumo tanto para a polícia penal, quanto para a polícia repressiva e para a polícia investigativa — assinalou o senador.



Fernando Bezerra Coelho (3º à esq.) preside a 10ª audiência da comissão

Aquilés Lopes/Cobinete do senador Fernando Bezerra Coelho

Reforma do Código Comercial é necessária, aponta debate

A maioria dos participantes de audiência pública da Comissão Temporária para a Reforma do Código Comercial realizada na sexta-feira no Recife concordou que a reforma da legislação vai diminuir a insegurança jurídica nas relações comerciais.

O presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), também defendeu que um ambiente jurídico mais favorável aos negócios, a ser criado pela

reforma, vai contribuir para a geração de emprego e renda.

A divergência ficou por conta da representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabiola Pasini. Segundo ela, a CNI é contrária ao código, pois teme a sobreposição de leis.

Fernando Bezerra Coelho informou que a meta é concluir os trabalhos até o final do primeiro semestre para que o texto possa ser analisado pelo Congresso.

Proposta estende cotas a alunos bolsistas de escolas beneficentes

Começou a tramitar no Senado um projeto que estende a bolsistas de escolas beneficentes de assistência social as cotas para ingresso na universidade destinadas a estudantes do ensino público. A proposta (PLS 197/2018) busca promover a igualdade de condições de acesso à educação. O projeto é do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e está na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O texto altera a Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades (Lei 12.711, de 2012), que reserva metade das vagas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Das vagas direcionadas aos alunos de escola pública, 50% devem ser para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

Segundo Cássio, há na legislação atual uma lacuna relativa aos estudantes bolsistas das instituições privadas de educação básica com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). As escolas beneficentes certificadas não têm fins lucrativos e devem conceder bolsas de estudo integrais e parciais.

Depois de passar pela CDH, o projeto seguirá para decisão final da Comissão de Educação (CE).

Projeto permite candidatura de parlamentar que ocupar Executivo

Lasier Martins (PSD-RS) apresentou um projeto que permite a senadores, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores manter o direito de se reeleger caso tenham que assumir por até 15 dias, dentro do período de seis meses antes das eleições, o cargo de chefe do Executivo (como presidente, governador ou prefeito).

Hoje a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64, de 1990) proíbe a candidatura do parlamentar que ocupar a chefia do Executivo — mesmo que por um dia — até seis meses antes das eleições.

Lasier afirma que atualmente tanto o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, quanto o presidente do Senado, Eunício Oliveira, marcam viagens oficiais, “com custos para o Estado”, toda vez que o presidente Michel Temer viaja, para não assumirem a Presidência da República e se tornarem inelegíveis. Para o senador, não se justifica haver o impedimento.

O projeto foi apresentado na quarta-feira e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda a designação de relator.



O Susp prevê a realização de operações conjuntas de polícias estaduais e federais para combater a violência